



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681329 - SP (2021/0226328-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : CATIA ANGELINA ARAUJO E OUTRO
ADVOGADOS : CATIA ANGELINA ARAUJO - SP123053
FÁBIO FELIPE ARAÚJO PACIULLO - SP360202
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JESSE FIUZA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESSE FIUZA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0002906-76.2016.8.26.0268).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e de 12 dias-multa pela prática do delito tipificado no art. 180, *caput*, do Código Penal.

Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo.

Os impetrantes sustentam que o regime mais gravoso teria sido fixado em razão da reincidência, o que afrontaria os princípios fundamentais da individualização da pena e da humanidade da reprimenda.

Ressaltam que o delito teria sido praticado sem violência e as condições pessoais do condenado seriam favoráveis, logo fundamentos inidôneos teriam afastado a fixação do regime mais brando.

Requerem, liminarmente e no mérito, a fixação do regime aberto ou, subsidiariamente, o regime intermediário para início de resgate da reprimenda.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência